

Política para Amazônia será revista

Governo estuda mudanças nas obras do Programa Avança Brasil para prevenir efeitos negativos sobre o meio ambiente

Marcos Savini
 Da equipe do Correio

Os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Planejamento e Orçamento (MPO) apresentam amanhã proposta de estudo básico para harmonizar as políticas ambientalistas e desenvolvimentistas para a Amazônia. O alvo principal é o Programa Avança Brasil. Coordenado pelo MPO, ele prevê uma série de projetos de infra-estrutura, com investimentos de R\$ 9,42 bilhões até 2003. São ferrovias, hidrovias, estradas e redes de conexão elétrica que, segundo avaliações encomendadas pelo próprio MMA, poderiam estimular a destruição da floresta Amazônica.

AMAZÔNIA
 O Avança Brasil investirá
R\$ 9,42 bilhões
 na região até 2003

O convênio para realização do estudo será firmado entre os dois ministérios e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A pesquisa ficará a cargo, provavelmente, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que poderá associar-se com outras instituições, públicas ou privadas.

Os objetivos são dois: avaliar impactos e propor alternativas e modificações para as obras do Avança Brasil. Em todos os casos, serão levados em conta os prováveis prejuízos ao meio ambiente e também às populações que vivem na região — cer-

ca de 18 milhões de pessoas.

A avaliação dos impactos terá uma novidade. A legislação brasileira prevê que qualquer obra deve ser acompanhada de um estudo dos prejuízos ao meio ambiente, o EIA-Rima. Mas jamais exigiu-se o levantamento dos impactos provocados por um conjunto de obras que complementam-se umas às outras.

No caso do Avança Brasil, a principal preocupação é a de que a criação de eixos de desenvolvimento estimule o avanço do plantio da soja em áreas desmatadas da floresta amazônica.

A construção da rodovia ligando Cuiabá, no Mato Grosso, a Santarém, no Pará, integrada à hidrovia do Madeira, ajudaria a escoar a produção agropecuária para merca-

dos dos Estados Unidos e Europa com um custo bem menor do que o atual. Por outro lado, provocaria movimentos migratórios, sempre acompanhados de desmatamento, em regiões de mata virgem.

A idéia é fazer uma avaliação dos "impactos agregados" que o Avança Brasil causaria na Amazônia. A missão do Ipea, e de outras instituições que venham a participar do estudo, será a de criar modelos econômicos que permitam medir as consequências do conjunto de obras. O cálculo de ganhos e prejuízos causados pelos projetos de desenvolvimento deverá

Carlos Eduardo 30.6.99



Obras como a construção de rodovias podem estimular o desmatamento, o que preocupa o governo: ministérios avaliarão os impactos

levar em conta os valores dos "serviços ambientais" das florestas preservadas, como recursos hídricos ou até mesmo a absorção de carbono — que auxiliam no combate à poluição e ao efeito estufa.

O segundo objetivo do estudo será o de propor alternativas de caráter sustentável para as obras do Avança Brasil. Os resultados incluirão sugestões para o aperfeiçoamento dos projetos, para evitar danos ambientais ou sociais. Nos casos de difícil compatibilização entre desenvolvimento econômico e proteção do meio-

ambiente, o estudo terá de propor medidas de redução de danos ou até mesmo modificações.

CONTRADIÇÕES

O Plano Plurianual de Investimentos (PPA), mais conhecido como Avança Brasil, prevê uma série de investimentos na Amazônia. Até 2003 serão investidos, em parcerias do governo federal com a iniciativa privada, R\$ 9,42 bilhões em obras de infra-estrutura — como a rodovia Cuiabá-Santarém e a hidrovia Araguaia-Tocantins.

Mas, segundo estudos realiza-

dos pelos geógrafos Bertha Becker e Hervé Théry, encomendados pelo MMA no ano passado, os quatro eixos de desenvolvimento vão privilegiar o escoamento da produção da soja no chamado "arco do desmatamento".

O arco começa em Rondônia, passa pelo Norte do Mato Grosso e Tocantins e sobe até o Maranhão. Essa região concentrou, em 1999, 78% da destruição de florestas amazônicas, mais de 13 mil quilômetros quadrados — segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa (Inpe) divulgados na quarta-fei-

ra pelo ministro Sarney Filho.

A ironia é que os eixos de desenvolvimento previstos pelo Avança Brasil coincidem, em quase 60% dos casos, com os cerca de 300 projetos de desenvolvimento sustentável conduzidos pelo Programa de Preservação das Florestas Tropicais, o PPG-7. Financiado pelos países ricos, ele já consumiu mais de US\$ 85 milhões e tem mais US\$ 240 milhões comprometidos. Mas, se o governo federal não harmonizar suas políticas para a Amazônia, todos esses investimentos podem cair no vazio.